



BOLETIM

OBSERVATÓRIO

da diversidade

CULTURAL

Diversidade Cultural e Políticas Públicas

V73, N.09.2017 - OUTUBRO 2017

ISSN 2526-7442

REALIZAÇÃO



Grupo de Pesquisa
Observatório da
Diversidade Cultural

PARCEIROS



UNIVERSIDADE
DO ESTADO DE
MINAS GERAIS

Programa de
Pós-Graduação
em Artes



Programa de
Pós-Graduação
em Comunicação Social



OBSERVATÓRIO
da diversidade
CULTURAL

BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
DIVERSIDADE CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

SUMÁRIO

- 06 POR UMA DECOLONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA
Por Giordanna Santos
- 15 DIVERSIDADE DE EXPRESSÕES EM RISCO. BRASIL, EM ESTADO DE EXCEÇÃO?
Por Kátia Costa e Plínio Rattes
- 21 POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA: 30 ANOS DA DEFINIÇÃO DE GARCÍA CANCLINI
Por Juan Ignacio Brizuela
- 26 PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA, DIVERSIDADE E DEMOCRACIA
Por Kátia Costa
- 33 REDE DE EDUCADORES DE MUSEUS DE MINAS GERAIS – PERCEPÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUSEUS
Por Fernanda Mazieiro Junqueira e Pompea Auter Tavares
- 43 SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO
- 45 SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL
- 47 SOBRE O BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

POR UMA DECOLONIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AMÉRICA LATINA

Giordanna Santos

*Como dizem os zapatistas¹: “luchar por un mundo donde otros mundos sean posibles”
(In: GROSFOGUEL, 2008, p.144)*

O fato recente...

No fim da primeira quinzena de outubro deste ano (2017), o site das Nações Unidas publicou uma matéria divulgando um recente estudo do Centro Internacional de Políticas para o Crescimento Inclusivo do Programa das Nações Unidas² para o Desenvolvimento (IPC-IG/PNUD)³ sobre economia comportamental⁴. De modo extremamente resumido, conclui-se que “compreender os processos decisórios, os hábitos e as experiências daqueles em situação de pobreza é essencial para a elaboração de políticas públicas mais eficazes” (ONUBR, 2017).

Tal formulação de políticas públicas se refere a, especificamente ao programa de superação da pobreza. Porém, o ponto crucial desse estudo é aplicar a economia comportamental às políticas públicas. Ou

¹ “Em 1º de janeiro de 1994, o Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) tomou o controle de parte da pobre província mexicana de Chiapas. Formado em sua maior parte por indígenas, o EZLN ocupou cidades, libertou presos e desafiou o poder do Estado na região. Depois de longas disputas com o governo do México, o grupo abaixou as armas e adotou estratégias de resistência civil. Hoje, controla parte de Chiapas”. Saiba mais sobre

seja, de modo muito simplificado, pensar em seu público-alvo, que usufruirá das políticas públicas, é imprescindível. Algo que até pode parecer óbvio, porém, na prática não se aplica. Para efetivar essa máxima, grosso modo, é preciso considerar que “aspectos importantes da natureza e da condição humana foram sendo formados, como o impacto de fatores cognitivos, emocionais e sociais no comportamento” (CAMPOS FILHO; PAIVA, 2017, p.1), tanto de quem elabora essas políticas quanto de quem as usufruirá. E, é claro, também considerar a relevância desses aspectos para a elaboração e formulação de políticas públicas, não só as das áreas sociais como também de quaisquer outros campos. Acrescenta-se, ainda, que tais fatores devem ser pensados na execução das políticas públicas, em seu monitoramento e avaliação, sendo essencial a participação do público em todo o processo.

Considerando a interdisciplinaridade que integra o conceito de economia comportamental, acredito que os apontamentos do referido estudo são importantes para se repensar as políticas públicas; e tal investigação de Campos Filho e Paiva (2017), bem como do Prêmio Nobel de Economia de 2017, o norte-americano Richard Thaler, podem contribuir muito para a gestão pública .

Mas, há problemas mais profundos e enredados do que apenas colocar em xeque o modelo do agente racional e aplicar a economia comportamental como uma solução. Antes de mais nada, considero que é preciso pensar as ciências, o conhecimento, a política, a cultura, a partir da tríade modernidade/colonialidade/decolonialidade (M/C/D)⁵. Há necessidade de se levar em conta, também, alguns aspectos importantes sobre as relações e estruturas de poder e ressignificar diver-

Zapatismo na atualidade em: <https://www.carta-capital.com.br/sociedade/zapatismo-vinte-anos-depois-6195.html>

² Veja mais em: <<https://nacoesunidas.org/politicas-publicas-precisam-adotar-economia-comportamental-diz-centro-da-onu/>> Acessado em 13 e 17 out. 2017.

² Para mais informações sobre o estudo: http://www.ipc-undp.org/pub/port/PRB6OPT_Insights_comportamentais_politicas_de_superacao_da_pobreza.pdf Acessado em 13 e 17 out. 2017.

⁴ Em síntese, pode-se considerar que uma ideia-chave sobre esse conceito é: “A emergência da economia comportamental, assim, deriva do questionamento do modelo do agente racional [público-alvo das políticas públicas] e seus pressupostos de plena racionalidade. No lugar de pautar-se por um modelo

sas categorias (de pensamento) trabalhadas nas políticas, tais como: a formação do “Estado-nação” (ou repensar essa categoria), a “re-definição do capitalismo enquanto sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p.115), a democracia, as políticas públicas e todo o aparato jurídico-legal no contexto latino-americano.

O contexto histórico e conceitual: Estado, administração pública e políticas públicas

De modo geral, Enrique Saravia (2006) aponta que a análise da atividade estatal, ao longo do tempo, baseou-se em:

[...] diversas perspectivas: a filosófica, a da ciência política, a da sociologia, a jurídica, a das ciências administrativas. A visão antropológica e a psicológica são, também, alternativas metodológicas. Cada uma delas prevaleceu em algum momento da história. A visão jurídica das realidades estatais foi hegemônica durante longo período, que domina a segunda metade do século XIX e estende-se até a Segunda Guerra Mundial. A visão das ciências administrativas ou organizacionais aparece timidamente no começo do século XX e torna-se dominante nos Estados Unidos. Vai-se alastrando pelo mundo a partir dos anos 60; e é a que hoje prevalece (SARAVIA, 2006, p.21).

No contexto latino-americano, por exemplo, como aponta Saravia (2006, p.21-22) citando Beatriz Wahrlich (1979), as ciências administrativas têm enfoque principalmente no modelo legalista ou jurídico.

excessivamente simplificado e estabelecido a priori, a economia comportamental estabelece-se a partir de uma abordagem empírica dos processos decisórios humanos [considerando subjetividades]”. Ou seja, “Um conjunto significativo de evidências, levantado em diversas disciplinas, tem demonstrado, entretanto, que esse modelo tem grandes limitações. Os agentes utilizam heurísticas para lidar com problemas complexos; tomam decisões de modo automático e intuitivo; são avessos a perdas; avaliam sua situação a partir de pontos de referência prévios – elementos que, entre outros, o afastam do modelo do agente racional. (CAMPOS FILHO e PAIVA, 2017, p.1 e 6).

⁵ Antes de seguir com este texto, apresentando a premissa que me guiará na missão de pensar/repensar/questionar e estimular aos leitores também a realizarem tais ações, destaco dois pontos esclarecedores para que continuemos nosso diálogo: 1) o fato recente que elegi como “gancho”

Ou seja, as estruturas das leis e normas moldam a organização do Estado nos países de cultura latina e também nos de origem ibérica. Já a conformação do Estado a partir da ideia de administração pública, enquanto disciplina e campo do saber, tem sua origem nos Estados Unidos (SARAVIA, 2006), onde a colonização, a formação do “Estado-nação” e o próprio Direito Administrativo são divergentes do contexto dos países latino-americanos, como é o caso do Brasil.

Por isso, quando as ideias de administração pública – surgidas principalmente a partir de 1880 com Woodrow Wilson, com base nas normas das empresas privadas e tendo seu desenvolvimento na primeira metade do século 20 – “insinuavam-se no país [Brasil] na década de 1950” (SARAVIA, 2006, p.22-26), isso provocou desconfiança, se seriam aplicáveis a um contexto tão diverso como o brasileiro e o da América Latina.

Como se nota, a relação Estado e administração pública no cenário nacional ficou por muito tempo focada no repertório jurídico-institucional, desde uma visão ocidental. Mesmo a partir da década de 1950, sobretudo, mais ao final dos anos 1980 e nos anos 1990, voltando-se para a ideia de política pública, essas categorias persistem em uma matriz de poder colonial do “sistema-mundo patriarcal/capitalista/colonial/moderno europeu”. (GROSFOGUEL, 2002; GROSFOUGEL, 2008, p. 124).

Diante desse panorama, afinal, qual o caminho a seguir? Acredito, baseando nos autores do projeto Modernidade/Colonialidade/Decolonialidade, sobretudo nos apontamentos de Ramón Grosfoguel (2002; 2008), Walter Mignolo (2000); Grosfoguel e Mignolo (2008), que o per-

deste artigo não é objetivo principal das indagações, opiniões e reflexões. Tão pouco o é a economia comportamental, área a qual estou lendo a partir do estudo citado acima. Porém isso me fez pensar como as diversas áreas do saber estão sendo repensadas (não apenas nos anos 2000), seja a partir da modernidade/colonialidade/decolonialidade ou não, e tal ação vem ganhando mais repercussão, sobretudo, com as tecnologias de informação e comunicação. 2) sempre antes de qualquer interação, julgo importante esclarecer meu lugar de fala: discurso a partir do viés interdisciplinar, acreditando ser uma forma de romper com pensamento cartesiano que embasa as ciências e as separa em “caixinhas”, “humanas”, “naturais”, etc. Mais além disso, falo também como investigadora-curiosa, que busca repensar o que está canonizado e consolidado como “verdade absoluta”. Acredito, portanto, que este texto é uma forma de rever ideias, análises e

curso necessário seja: “decolonizar os paradigmas da economia política, bem como a análise do sistema-mundo, e propor uma conceitualização decolonial alternativa do sistema-mundo” (GROSFOGUEL, 2008, p. 112).

Repensando categorias: um embate necessário

A partir desse breve panorama feito no item anterior, usando como base Saravia (2006), vemos que a organização de nosso Estado, a administração pública e políticas públicas são pensadas e estruturadas a partir de uma visão ocidental/moderna/eurocêntrica e euro-americana. Mas, não é só isso.

As categorias de pensamento, os conceitos e os modelos de “Estado-nação”, “administração pública”, “políticas públicas” são vistos sob o prisma do pensamento ocidental, considerando “estados nacionais” que ainda atuam sob a lógica de administrações coloniais. Nessa perspectiva, na conformação do Estado, enquanto ator social responsável por gerir o bem e o interesse público da sociedade brasileira, por meio da administração pública e aplicando as políticas públicas, não se pensou que nosso processo de colonização e independência difere do dos Estados Unidos ou do contexto europeu; ou ainda nos reflexos da colonialidade do poder e na lógica do sistema-mundo.

Não podemos pensar na descolonização como a conquista do poder sobre as fronteiras jurídico-políticas de um Estado, ou seja, como a aquisição de controle sobre um único Estado-nação (Grosfoguel, 1996). A

conceitos aos quais fizera parte do meu viver acadêmico-profissional-pessoal desde 2003, ano no qual ingressei na Universidade, Faculdade de Comunicação Social – Jornalismo.

⁶ O sinal (/) que une e separa os termos significa, por um lado, que um dos termos e conceitos não pode ser pensado sem os outros; por outro que ao longo dos últimos 500 anos, a realidade que tais termos comporta ou encerra tem sido fruto ou resultado de um mesmo processo histórico. Assim, cada um deles é constitutivo dos outros dois (GROSFOGUEL e MIGNOLO, 2008:28)

velha emancipação nacional e as estratégias socialistas de tomada do poder ao nível do Estado-nação não são suficientes, porque a colonialidade global não é redutível à presença ou ausência de uma administração colonial (Grosfoguel, 2002) nem às estruturas político-económicas do poder. Um dos mais poderosos mitos do século XX foi a noção de que a eliminação das administrações coloniais conduzia à descolonização do mundo, o que originou o mito de um mundo “pós-colonial”. As múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos 50 anos. Continuamos a viver sob a mesma “matriz de poder colonial”. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de “colonialismo global” para entrar num período de “colonialidade global”. Embora as “administrações coloniais” tenham sido quase todas erradicadas e grande parte da periferia se tenha organizado politicamente em Estados independentes, os povos não-europeus continuam a viver sob a rude exploração e dominação europeia/euro-americana. As antigas hierarquias coloniais, agrupadas na relação europeias versus não-europeias, continuam arreigadas e enredadas na “divisão internacional do trabalho” e na acumulação do capital à escala mundial (Quijano, 2000; Grosfoguel, 2002). É aqui que reside a pertinência da distinção entre “colonialismo” (GROSFOGUEL, 2008, pp.125-126)

Repensar essas categorias, a partir da decolonialidade do poder e do saber, é um caminho, sendo sugerido por Grosfoguel (2008) a ideia de

“pensamento de fronteira”. “O pensamento de fronteira é, precisamente, uma resposta crítica aos fundamentalismos, que têm em comum (incluindo o eurocêntrico) a premissa de que existe apenas uma única tradição epistémica a partir da qual pode alcançar-se a Verdade e a Universalidade” (GROSFOGUEL, 2008, p.117).

Essa necessária decolonialidade do saber e poder diz respeito a todo contexto social, seja o ordenamento jurídico, a Academia, as ciências sociais, as políticas públicas, etc. E, para isso, sigo acreditando que a Universidade tem papel central e imprescindível. Também é preciso considerar a função de todos os outros atores sociais (Estado, sociedade, mercado).

Pensar as políticas públicas a partir da decolonidade do poder, por exemplo, é não só um problema teórico, mas prático, de efetivar as diferentes formas de participação popular e social para o desenvolvimento do ciclo de políticas públicas. É olhar essas categorias citadas no texto, sobretudo as políticas públicas, considerando olhares outros, sujeitos outros, relações outras. Levar em conta a “diversalidade”, que, segundo Grosfoguel refere-se:

A esta nova forma de universalidade, enquanto projecto de libertação, chamarei “diversalidade anticapitalista descolonial universal radical”. Ao contrário dos universais abstractos das epistemologias eurocênicas, que subsumem/diluem o particular no que é indiferenciado, uma “diversalidade anticapitalista descolonial universal radical” é um universal concreto que constrói um universal descolonial, respeitando as múltiplas

particularidades locais nas lutas contra o patriarcado, o capitalismo, a colonialidade e a modernidade eurocentrada, a partir de uma variedade de projectos históricos ético-epistémicos descoloniais. Isto representa uma fusão entre a “transmodernidade” de Dussel e a “socialização do poder” de Quijano (GROSFOGUEL, 2008, p. 144).

Apesar de termos diversos desafios no campo cultural, estávamos conquistando uma institucionalidade e construindo políticas públicas, com elementos, ações e programas que se encaixavam numa proposta de decolonialidade do saber e do poder. Principalmente, por conta de se instituir elementos participativos às políticas públicas, lançar olhares outros sobre os sujeitos e processos culturais.

No entanto, reafirmo a crítica inicial deste texto, além de problemas de ordem política, é necessário repensar as categorias e todo o desenho de políticas públicas. Apesar de incluir expressões culturais não-ocidentais, a adjetivação de culturas e das artes, ainda com base em um modelo ocidental, foi e é uma contradição para desenvolver a decolonialidade nas políticas públicas para a cultura no Brasil. E essa área é apenas um dos exemplos, dentre vários outros, nas políticas públicas brasileiras e latino-americanas.

Referências

AGUILAR VILLANUEVA, Luis F. **La hechura de las políticas**. México: Porrúa, 1992.

COMPARATO, Fabio Konder. **Para viver a democracia**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: Transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global », **Revista Crítica de Ciências Sociais [Online]**, 80 | 2008, colocado online no dia 01 out. 2012, criado a 28 mar. 2017. URL: <http://rccs.revues.org/697>; DOI: 10.4000/rccs.697.

GROSFOGUEL, Ramón; MIGNOLO, Walter D. **Intervenciones Descoloniais: una breve introducción**. Tabula Rasa [online]. 2008, n.9, pp.29-38.

LANDER, Edgardo. Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêtricos. In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Edgardo Lander (org). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005. pp.21-53. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Lander.rtf>>Acesso 10 ago. 2017.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina. In: **La colonialidad del saber: Eurocentrismo y ciencias sociales; perspectivas latinoamericanas**, compilado por Edgardo Lander. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2000. p. 201-246.

SARAVIA, Enrique e FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Políticas públicas (coletânea)**, Brasília: ENAP, 2 v. 2006.

DIVERSIDADE DE EXPRESSÕES EM RISCO. BRASIL, EM ESTADO DE EXCEÇÃO?

Kátia Costa
Plínio Rattes

Desde o golpe sofrido pela Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, testemunhamos um cenário de estagnação e retrocesso nas políticas públicas das mais diversas áreas. A tensão nos campos político e social se acentua a cada nova denúncia de corrupção e também com a aproximação das eleições presidenciais de 2018. Na área da cultura, experimentamos, entre 2003 e até pelo menos 2015, um processo mais democrático e participativo na construção de políticas públicas e, avanços e reveses à parte, devemos reconhecer a tentativa de instituir a diversidade cultural como diretriz importante das políticas culturais daquele período.

A diversidade cultural, conforme defende José Márcio Barros (2012), é um projeto político e deve, sobretudo, ser encarada como “algo resultante das relações que se estabelecem entre as diferenças, na perspectiva da construção de uma sociedade plural – uma sociedade que transforma a equidade numa perspectiva central das políticas públicas e da organização da sociedade civil” (BARROS, 2012, p. 30). Se em determinado momento a diversidade cultural foi instituída, por uma decisão política e institucional, como um farol essencial para nossas políticas públicas de cultura, parecemos viver hoje a negação desse fa-

rol. Estamos acompanhando a consolidação de uma nova hegemonia, na qual o cerceamento, o silenciamento e a intolerância se sobrepõem.

As redes sociais, importante termômetro das nossas sociedades na atualidade, estão repletas de depoimentos e ataques intolerantes e violentos contra grupos religiosos, comunidade LGBTQ+, mulheres etc. Fora das redes, uma agenda política mais conservadora se impõe: novas regras que reduzem o combate ao trabalho escravo sendo instituídas; alteração na constituição federal para permitir o congelamento de investimentos em educação e saúde pelo período de 20 anos; entre outras iniciativas. Dentro ou fora das redes, presenciamos um crescimento do cerceamento à liberdade de expressão, em que a arte, sobretudo, vem sendo alvo de intervenções, agressões e declarações que buscam distorcer a sua função social, política e estética, tudo supostamente em nome da moral dos homens de bem.

Diante desse cenário, o que nos mobiliza neste momento são os ataques recentes a artistas e suas obras, apoiados por parte considerável da população brasileira, o que se configura como uma diretriz para a instalação de um Estado de exceção, fruto da onda conservadora que tomou o Brasil nos últimos anos, tendo no golpe de 2016, falsamente alegado como “legal e institucional”, a simbologia da abertura da caixa de pandora. Alguns dos fatos ocorridos nos últimos meses, em que obras e artistas foram violentados pela ação pública de diversos agentes, merecem uma reflexão, já que essas ações repressivas se constituem como parte de uma estratégia de amortização política da sociedade para se instalar um projeto de governo descolado do processo de construção democrática e, portanto, distanciado do princípio da diversidade cultural.



Criado por Gustave Coubert a pintura Origem do Mundo data do ano de 1886.

No mês de julho, em Brasília, o dançarino e performer Maikon K, do espetáculo DNA de DAN, selecionado por uma equipe de quase trinta curadores oriundos de todos os estados brasileiros para compor a programação do Palco Giratório 2017¹, teve sua apresentação, que acontece na rua, interrompida pela polícia local. Levado preso, porque em sua performance fica nu, Maikon K precisou assinar um termo circunstanciado de ato obsceno para depois ser liberado. Em outubro, dessa vez no Festival de Dança de Londrina, a apresentação

¹ O projeto Palco Giratório, realizado pelo Sesc desde 1998, faz circular espetáculos de teatro, dança e circo por todos os estados brasileiros. Mais informações em: <<http://bit.ly/2oz8i-jg>>. Acessado em 17 de outubro de 2017.

mais uma vez mobilizou a polícia que só não prendeu o artista outra vez porque a população o rodeou, não permitindo a sua identificação. Membros da organização do festival, porém, foram levados à delegacia e depois liberados.

Em setembro, em Porto Alegre, a exposição Queermuseu², após intensa campanha contrária, mobilizada especialmente pelo Movimento Brasil Livre (MBL), teve sua visitação suspensa e foi desmontada um mês antes do previsto. Acusada de promover a pedofilia, a zoofilia e de atacar o cristianismo, integravam a exposição obras que ilustram poses afeminadas de crianças e que representam Jesus como um macaco nos braços de Maria, por exemplo. Após o episódio do cancelamento na capital gaúcha, o Museu de Arte do Rio (MAR) anunciou o interesse em abrigar a exposição, mas foi imediatamente desautorizado pelo prefeito do Rio de Janeiro, Marcelo Crivella.

Ainda em setembro, no interior de São Paulo, a vez do cerceamento foi com o espetáculo O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu, protagonizado por uma atriz transexual. Atendendo a pedidos de grupos católicos, de políticos e da organização TFP (Tradição, Família e Propriedade), que teve participação relevante no golpe civil-militar de 1964, foi expedida uma liminar que proibia a realização do espetáculo na curta temporada que aconteceria no Sesc Jundiaí. O motivo da censura estava centrado no fato de a peça recriar a história de Jesus Cristo como uma transexual.

Para completar os cases mais polêmicos dos últimos meses, causaram revolta nas redes sociais, no final de setembro, fotos e vídeos

² A exposição Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira tem curadoria de Gaudêncio Fidelis e reúne 270 trabalhos de 85 artistas que abordam a temática LGBT, questões de gênero e de diversidade sexual. As obras, que percorrem o período histórico de meados do século XX até os dias de hoje, são assinadas por nomes renomados das artes visuais, como Adriana Varejão, Cândido Portinari, Fernando Baril, Hudinilson Jr., Lygia Clark, Leonilson e Yuri Firmesa.



de uma menina, acompanhada de um responsável adulto, interagindo com a performance La Bête, do artista Wagner Schwartz, durante a abertura do 35º Panorama da Arte Brasileira, no Museu de Arte Moderna (MAM), em São Paulo. No episódio em questão, o artista completamente sem roupa, deixa-se tocar pelo público. As imagens da menina tocando pés e mãos do artista nu provocaram a ira de muitos, que acusaram o MAM, o artista e demais envolvidos, de apologia à

A obra Juízo Final, de Michelangelo, retrata uma narrativa bíblica. Estima-se que sua criação aconteceu entre os anos de 1535 e 1541.

pedofilia. Protestos chegaram a ser feitos na porta do Museu e o caso foi parar no Ministério Público do Estado de São Paulo, que investiga se houve atos de pornografia ou pedofilia.

Esses e outros casos, que não chegaram ao debate público na mesma intensidade, estão diretamente relacionados à nova hegemonia que está sendo estabelecida no campo político. O governo atual quer restringir a participação social e, para tanto, é preciso vetar suas formas de expressão, atingindo diretamente a valorização da diversidade cultural que, em sua essência, está vinculada ao reconhecimento das diferenças, à importância do empoderamento, da autonomia e da construção de outro mundo capaz de compreender que “somos iguais nas nossas diferenças e diferentes nas nossas igualdades” (BARROS, 2012, p. 30).

Para Barros, “a diversidade cultural é um aprendizado. E, se não tivermos isso como perspectiva das políticas públicas, estatais ou não, talvez nos contentemos em organizar calendários festivos, nos esquivando da construção de uma sociedade plural” (BARROS, 2012, p. 30). Vetar direitos é impedir o senso crítico. É impedir o desenvolvimento intelectual e humano das pessoas; é manter uma sociedade dividida entre aqueles que mandam e aqueles que obedecem. Esse é, portanto, o maior risco que corremos, um risco que é preciso enfrentar.

Referência

BARROS, JM. Diversidade e Cidadania. In: **Políticas para as artes: prática e reflexão**. Rio de Janeiro: FUNARTE, 2012. 216p.

POLÍTICAS CULTURAIS NA AMÉRICA LATINA: 30 ANOS DA DEFINIÇÃO DE GARCÍA CANCLINI

Juan Ignacio Brizuela

“Políticas Culturales en América Latina” é o nome da compilação publicada em espanhol, em 1987, organizada por García Canclini, da qual também participam o antropólogo mexicano Guillermo Bonfil, o sociólogo chileno José Joaquín Brunner, a escritora inglesa – radicada no México – Jean Franco, o politólogo argentino Oscar Landi e o sociólogo brasileiro Sérgio Miceli. Na introdução dessa coletânea, G. Canclini realiza um balanço crítico sobre os estudos latino-americanos em políticas culturais desde finais dos anos 1960 e busca argumentar sobre a centralidade cada vez maior desse tipo de discussão e prática no final dos anos 1980, nos países do continente. Por um lado, afirma o autor, as ações estatais no campo da cultura ganham uma coerência similar à coordenação encontrada nas políticas setoriais de saúde, educação ou moradia.

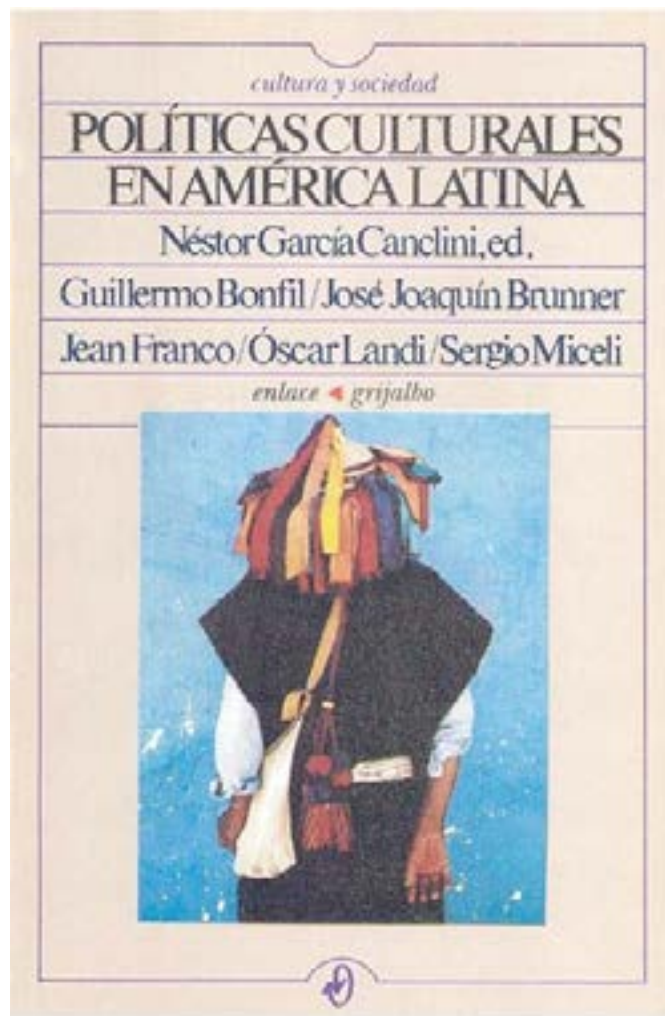
Isso pode ser observado nas medidas do governo cívico-militar do Brasil, como a criação do Conselho Federal de Cultura, em 1967, ou na formulação da Política Nacional de Cultura (1973-1975). Também inclui o Plano Nacional de Cultura de 1984-1989 da Argentina, nesse

caso, no contexto de redemocratização do país. Experiências semelhantes de organização pública do campo da cultura se realizam, na mesma época, no México e na Colômbia¹. Por sua vez, destaca o pesquisador, estudiosos das ciências sociais – em seu sentido mais amplo – e organizações internacionais como a UNESCO, dedicam-se, cada vez mais, a trabalhar sobre temáticas culturais aplicando metodologias de pesquisa tão rigorosas quanto as que existem em outros campos do conhecimento social.

O professor da Universidad Autónoma Metropolitana (UAM) registra, também, o papel crescente de atores não estatais na gestão das políticas culturais, sejam eles grandes corporações empresariais transnacionais ou outros fluxos do mercado capitalista mundial, bem como agrupações culturais de base territorial, movimentos indígenas, comunitários e populares, entre outros, invisibilizados pelo Estado e também pelas chamadas indústrias culturais. Nesse contexto, surgem estudos que buscam compreender os fundamentos culturais dos movimentos revolucionários e das culturas populares da região, especialmente no núcleo de pensadores do Conselho Latino-americano de Ciências Sociais – CLACSO², menos preocupados com as análises políticas e econômicas tradicionais e mais interessados na redefinição e ampliação do conceito de cultura, que deixa de designar única e exclusivamente as linguagens artísticas da elite, as chamadas “belas artes”. Esse núcleo de pesquisadores estuda, entre outras questões, a reprodução e transformação das operações simbólicas que sucedem no seio das comunidades, que se traduzem em diversos modelos de sociedade e que, por sua vez, estão sendo disputados por diversos grupos e interesses culturais.

¹ A exemplo da criação do Fundo Nacional para o Fomento de Artesanato – Fonart no México e o Plano Nacional de Cultura da Colômbia, todas as duas iniciativas concretizadas em 1974.

² O Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO) é uma instituição internacional não governamental, fundada em 1967, que mantém relações formais com a UNESCO. Através de diversas parecerias e atividades de ensino e pesquisa, busca contribuir a repensar, a partir de uma perspectiva crítica e pluralista, a problemática integral das sociedades da América Latina e Caribe. Informação disponível em: <<http://www.clacso.org.ar/institucional/1a.php?idioma=port>> Acesso em: 02 out. 2017



Capa livro “Políticas Culturales en América Latina”. Ed. Grijalbo, México, 2º edição, 1990.

Canclini (1987) lamenta que a conjuntura econômica das sociedades latino-americanas na época seja de crise, agravada pela implementação do modelo liberal neoconservador, que reduz os fundos públicos para a educação e a cultura, diminui salários e aumenta a precarização dos trabalhadores; enfim, que obstaculiza a construção de uma efetiva democracia cultural: “[...] en el momento en que comprendemos mejor el papel que la cultura puede cumplir en la democratización de

la sociedad estamos en las peores condiciones para desarrollarla, redistribuirla, fomentar la expresión y el avance de los sectores populares” (p. 26). Se o trabalho cultural é necessário para enfrentar democraticamente as contradições do desenvolvimento, afirma o autor, a crise da cultura deve tratar-se junto com as que se vive na economia e na política. Sendo assim, não é suficiente a compreensão da política cultural como a rotina de administração do patrimônio histórico ou como ordenamento burocrático e cronológico de ações do aparelho estatal dedicado à arte e à educação.

A partir dessa conjuntura e logo após essa sólida argumentação, o autor realiza uma nova contribuição teórica e conceitual – hoje já clássica – para o nosso campo de estudos:

Entenderemos por políticas culturales al conjunto de intervenciones realizadas por el Estado, las instituciones civiles y los grupos comunitarios organizados a fin de orientar el desarrollo simbólico, satisfacer las necesidades culturales de la población y obtener consenso para un tipo de orden o de transformación social (CANCLINI, 1987, p. 26).

Nessa definição, fica claro que o Estado não é o único agente capaz de formular e executar políticas culturais: elas podem ser elaboradas por distintas instituições sociais e comunidades organizadas indígenas e afrodescendentes, entre outras. Ademais, os programas e ações que compõem uma política cultural procuram satisfazer as necessidades culturais da população, aqui repetindo a fórmula defi-

nida pela UNESCO. Finalmente, as políticas culturais são aplicadas para obter um determinado consenso, buscando manter uma ordem, cânone e sistema preestabelecido ou, inclusive, para construir vias alternativas que permitam uma transformação desse status quo.

Embora tanto García Canclini quanto essa particular definição sejam considerados paradigmáticos para os estudos em políticas culturais, é curioso que muitas reflexões conceituais posteriores citem o autor, mas “esquecem” esse texto. De qualquer forma, todas as contribuições teóricas realizadas por pensadores latino-americanos nos ajudam a problematizar o que seria a natureza específica do nosso campo de atuação e, especialmente, sua abrangência, dimensões de análise e metodologias de estudo.

O desafio constante na atualização desse conceito é tentar compreender as suas variações e complementações realizadas pelo próprio autor ao longo dos anos, bem como os debates e contribuições estabelecidos com colegas da área.

Referência

GARCÍA CANCLINI, Néstor. Introducción. Políticas Culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano. In: **GARCÍA CANCLINI, N.** (ed.). Políticas Culturales en América Latina. México: Grijalbo, 1990 [1987].

PLANOS MUNICIPAIS DE CULTURA, DIVERSIDADE E DEMOCRACIA

Kátia Costa

Fruto do paradigma instituído no Brasil a partir de 2003, o Sistema Nacional de Cultura (SNC), com instrumentos equivalentes nas demais esferas, atuando de modo interdependente e complementar, é base para a formatação de políticas públicas para a área da cultura. O SNC está estruturado a partir de um conjunto de elementos que lhe dão sustentação, tendo como princípios essenciais o estímulo à participação social, a valorização da diversidade cultural e da cultura como eixo de desenvolvimento.

Dentre os seus elementos constitutivos, tem-se o plano de cultura como instrumento de planejamento e implementação de políticas públicas para a área, a partir de um processo de diálogo entre o poder público e a sociedade. A construção de planos municipais de cultura, numa perspectiva da participação, busca valorizar o processo democrático, mas também nos leva a enxergar, a partir de uma visão mais crítica, as contradições e adversidades que um processo participativo possa vir a revelar.

Diante dessa perspectiva, há um interesse permanente para a busca de uma compreensão maior sobre a construção e consolidação da

democracia em nosso país, apesar de, no momento presente, estarmos vivendo um processo de retrocesso político, no qual se realiza um desmonte das políticas públicas, em especial no campo social, em função da ideologia de cunho neoliberal.

A importância das políticas públicas de cultura, no âmbito dos municípios, deve levar em conta a construção dos planos de cultura de forma participativa, tendo a cultura e a diversidade cultural como princípios para o fortalecimento da democracia. A relação entre a cultura, a diversidade e o plano de cultura contribui para promover o fortalecimento da democracia, para uma prática cidadã mais efetiva e como elemento constituinte de outro modelo de desenvolvimento local.

O Brasil, com sua extensão territorial e distintas matrizes culturais, com contextos singulares, explicita sobremaneira a sua diversidade cultural e, portanto, demanda um olhar diferenciado para as realidades locais e suas dinâmicas.

O local é onde a cultura se revela. Assim, os municípios brasileiros se apresentam como entes fundamentais desse projeto político, que visa, sobretudo, à garantia dos direitos culturais, os quais podem vir a contribuir para uma cidadania democrática e para o reconhecimento da cultura local como disparadora de desenvolvimento humano. É um desafio que requer, obviamente, o rompimento de paradigmas históricos e estruturais da relação federativa, bem como, conforme registram Dagnino, Olvera e Panfichi (2006), dos modelos de projetos políticos conservadores, muito calcados nas limitações da democracia representativa. Esses autores destacam “novas preocupações

teóricas e políticas” (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 13) que norteiam a discussão sobre a disputa pela construção democrática na América Latina, estruturada em três aspectos, para uma análise diante de tais preocupações: a) heterogeneidade da sociedade civil e do Estado; b) projetos políticos; c) trajetórias da sociedade civil e das sociedades políticas.

Temos, então, a sociedade civil como um espaço complexo em todos os sentidos da vida coletiva, que abriga diferentes atores e formas variadas de relações – sociais, políticas e culturais, visto que: [...] no interior da sociedade civil coexistem os mais diversos atores, tipos de práticas e projetos, além de formas variadas de relação com o Estado. [...] uma sociedade civil composta por uma heterogeneidade de atores sociais (inclusive com visões conservadoras), que desenvolvem formatos institucionais diversos (sindicatos, associações, redes, coalizões, mesas, fóruns) e uma grande pluralidade de projetos políticos, alguns dos quais podem ser, inclusive, não-civis ou pouco democráticos. (DAGNINO; OLVERA; PANFICHI, 2006, p. 27).

Diante do exposto, o desafio da quebra de paradigmas não só pressupõe um rompimento com práticas políticas conservadoras, mas com o próprio modo de pensar da sociedade brasileira que ainda se constitui de visões pouco alargadas sobre o campo da cultura ou mesmo sobre o que constitui, de fato, um olhar para uma política pública de cultura comprometida com o reconhecimento da diversidade cultural.

Esses mesmos autores nos levam a reconhecer como o processo de construção democrática está diretamente relacionado ao comporta-

mento social e político da sociedade, enfatizando distintos lugares de atuação. Contudo, não podemos deixar de mencionar outros aspectos que incidiram ou ainda incidem sobre como a sociedade brasileira pensa e reflete seus princípios conservadores e de como tais princípios se revelam como grandes empecilhos para o avanço democrático.

Um desses fatores está relacionado à forte presença e atuação dos movimentos religiosos que compõem toda a história de formação da sociedade latino-americana, incluindo a brasileira, expresso na representação política e no comportamento da sociedade civil.

Para Villazón (2015), a América Latina tem uma longa tradição evangélica que, nas últimas décadas, registrou grande avanço no número de adeptos, especialmente nas vertentes neopentecostais, influenciando de forma significativa na agenda pública, por meio dos partidos evangélicos e movimentos sociais a eles vinculados. Com uma pauta dirigida contra mudanças liberalizantes na família e na sociedade, a partir da qual há uma aproximação com correntes católicas conservadoras, desenvolve-se um contexto sociopolítico que impacta forte e negativamente nas dinâmicas culturais e na proposta de uma política pública inclusiva, que busca reconhecer a diversidade cultural como pilar para uma mudança de paradigma.

Ocorre que o processo de elaboração dos planos municipais de cultura, ao se configurar como espaço de negociação permanente, permite o encontro de diferentes sujeitos, com distintos modos de pensar e agir, produzindo um embate de ideias que pode promover convergências, como também tornar-se, por vezes, um espaço de conflito. No

entanto, a postura sectária e resistente ao debate desses grupos conservadores produz um ambiente de distanciamento ou de pouca predisposição para uma discussão mais profunda sobre as políticas públicas.

O discurso conservador tem-se feito presente quando da aprovação de alguns planos municipais de cultura, em especial por parte do legislativo, impondo vetos a determinadas questões presentes na sociedade, o que resulta na construção de um documento que pouco incorpora o conceito ampliado de cultura. Nesse processo, tenta-se construir novos signos e códigos simbólicos para impor uma nova cultura social e política na sociedade, visando à homogeneização além de uma relação de obediência e subserviência.

Isso contraria o entendimento de que a garantia de direitos culturais perpassa pelo respeito às liberdades individuais e coletivas, pelos distintos modos de vida das pessoas e suas escolhas privadas e compromete o conceito de diversidade cultural como um projeto político fundamental para a construção de uma política inclusiva, capaz de promover o desenvolvimento dos agentes e atores sociais e culturais a partir da sua produção e não somente da sua condição de estar no mundo.

Tamanha intervenção no processo de construção dos planos tem sido fruto da inabilidade dos gestores em promover uma mediação para o debate franco, mas, sobretudo, de um processo de manipulação material e simbólica utilizado por esses grupos. Essa intervenção vem impactando num o processo de compreensão das novas dinâmicas sociais e comprometem a construção de políticas que visam à supe-

ração dos desafios postos pela contemporaneidade.

Imprimir um projeto transformador, que toma como princípio a inclusão, requer que se adote, dentre outros fatores, a coexistência entre os diferentes grupos sociais. Só assim será possível vivermos num mundo onde as escolhas individuais e coletivas sejam permitidas. Sendo essas as principais motivadoras, não para o conflito, e sim para o compartilhamento das diferenças, com o surgimento de outra proposta de vida em sociedade.

Não cabe um processo homogêneo, nem mesmo um mundo de iguais, mas de entendimentos sobre as dinâmicas que compõem o mundo contemporâneo, no qual a compreensão da diferença seja um motivo para um mundo diverso e plural onde, de fato, seja possível instituir um projeto de transformação:

No se insiste en las restricciones que afectan al tolerante, sino en la actitud positiva, en el esfuerzo que se realiza para reconocer las diferencias y comprender al otro. En un mundo en el que las diferencias saltan a la vista la tolerancia positiva cobraría una especial referencia no sólo porque ya no se trata sólo de soportar al diferente, sino que, además, se reconoce su derecho a ser distinto. (PIZÓN, 2001: 60)

Parece-nos que a relação entre planos municipais de cultura, diversidade e democracia necessita estar alicerçada pelo princípio da participação social. É na construção coletiva que emergem os distintos modos de ver o mundo. A construção democrática dos planos de cultura, considerando uma ampla participação, enriquecerá o debate

político sobre os diversos temas que afetam a vida em sociedade e que ecoam no campo da cultura, em que a diversidade se apresenta como elemento propulsor de desenvolvimento e capaz de produzir novos sentidos para as localidades.

Referências

DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo. **Para uma outra leitura da disputa construção democrática na América Latina.** In.: DAGNINO, Evelina, OLVERA, Alberto J., PANFICHI, Aldo (orgs.). **A Disputa pela construção democrática na América Latina.** São Paulo: Paz e Terra: Campinas, SP: Unicamp, 2006.

PISÓN, José Martínez de. **Tolerancia y Derechos Fundamentales en las Sociedades Multiculturales.** Madrid: Editora Technos, 2001, p. 59 -92.

VILLAZÓN, Júlio Córdova. Velhas e novas direitas religiosas na América Latina: os evangélicos como fator político. In CRUZ, Sebastião; KAYSER, André; CODAS, Gustavo (org.). **Direita, volver!** São Paulo: Perseu Abramo, 2015.

REDE DE EDUCADORES DE MUSEUS DE MINAS GERAIS – PERCEPÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUSEUS

Fernanda Mazieiro Junqueira

Pompea Auter Tavares

No dia 3 de outubro de 2017 foi criada a Rede de Educadores de Museus de Minas Gerais - REM-MG, durante o I Encontro de Educativos de Museus e Centros Culturais de Minas Gerais, ocorrido no Museu da Inconfidência em Ouro Preto, Minas Gerais. A reunião contou com a presença de 28 educadores e educadoras de museus, representando sete cidades distintas, em uma iniciativa inédita promovida pela Rede Informal de Museus e Centros Culturais de Belo Horizonte e Região Metropolitana (RIMC), juntamente com integrantes da Rede de Museus de Ouro Preto.

Com o avanço das políticas neoliberais, no qual assistimos à crescente diminuição dos direitos dos trabalhadores, a precarização e terceirização do trabalho e os cortes de investimentos na cultura e educação, vislumbrar possibilidades para a solidariedade e colaboração em rede, mesmo em um ambiente hostil, se faz necessário. Podemos afirmar que o trabalho da educação em museus, com maior força a partir dos anos 1990, amplia sua atuação já com a lógica neoliberal do trabalho: contratações temporárias, baixas remunerações, desvalorização do profissional, condições laborais precárias. A lógica das

intervenções pedagógicas culturais, financiadas em maior parte pela iniciativa privada, se apoiava na segunda metade do século XX em “complementar os níveis insuficientes de escolarização nas propostas de democratização de oportunidades e redução de desigualdades, principalmente da classe operária” (MIRANDA, 2006:15). A retração do Estado em favor dos interesses coletivos nas políticas públicas e o avanço dos interesses corporativos e privados no processo histórico do desenvolvimento da Cultura no Brasil e no Mundo¹ transformaram significativamente o cenário. Como consequência, amplia-se tanto o número de museus quanto o número de programas de educação em museus.

As ações educativas pensadas e implementadas para museus começaram como atividades institucionais no Brasil na primeira metade do século XX, com a implantação do primeiro setor educativo institucionalizado em 1927, no Museu Nacional no Rio de Janeiro. Desde então, foram realizados importantes encontros de discussão sobre o tema e desenvolvidos documentos que se tornaram referências na área, dentre eles o documento da Política Nacional de Educação Museal (PNEM). A PNEM, mais recente documento definidor de parâmetros para educação em museus, proposto pelo IBRAM e finalizado em 2017 durante o 7º Fórum Nacional de Museus realizado na cidade de Porto Alegre/RS, foi escrito de forma colaborativa por meio de um fórum virtual² em um blog aberto para a participação popular durante o ano de 2012, e com a realização de encontros regionais e encontros nacionais com representantes de diversas regiões. Esse documento surgiu numa tentativa de estruturar diretrizes e bases para a construção coletiva de políticas culturais para a educação

¹ Chin-Tao Wu, em seu livro *A Privatização da Cultura*, discorre sobre o processo de financeirização da arte a partir dos governos Reagan e Thatcher e as suas consequências ao redor do globo. Essa lógica da privatização da cultura chega ao Brasil com algum atraso a partir dos anos 90, apoiada pela criação das leis de incentivo fiscal direcionadas à cultura.

² O histórico do debate se encontra na Plataforma de Diálogo para a Construção de um Programa de Educação Museal do PNEM, Disponível em <https://pnem.museus.gov.br/>. Acesso em 20 de outubro de 2017.



em museus, criado a partir dos desejos reais dos profissionais de museus, que participaram dos fóruns e articularam essa discussão em suas regiões.

O contínuo e profícuo debate sobre as atividades educativas em museus acompanhou o surgimento de coletivos de trabalhadores de museus envolvidos com a educação em todo o Brasil, como redes de colaboração institucional, de museus afins, de educadores, dentre

Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG). Participantes do I Encontro de Educativos de Museus e Centros Culturais de Minas Gerais.

outros. Para Montero (2012:4), o museu deve deixar de ser o foco centralizador da cultura para transformar-se em um simples mediador dentro de uma rede de agentes sociais complexos e diversos. O caráter mediador do museu reconhece as redes que atuam e interatam em relação às suas proposições. As redes de educadores, ao se fortalecerem, provocam um novo ponto nodal com o qual as instituições têm que lidar, ou pelo menos reconhecer. A própria rede se torna esse ponto. O acontecimento das redes já está naturalizado no meio institucional, pelo caráter de colaboração e facilitação de processos que proporciona. No entanto, as redes crescem e ramificam-se, ampliando sua atuação em direção a pontos-cegos e contradições com as quais os museus ainda não são capazes de atuar criticamente.

A primeira Rede de Educadores em Museus (REM) do Brasil foi criada no Rio de Janeiro, em 2003, “com o propósito de promover encontros sistemáticos entre educadores [...] de modo a compartilhar ideias, refletir sobre a práxis profissional e formar um grupo de estudos na área da educação em museus” (REM-RJ, 2017). Depois disso, outras redes de educadores se formaram no país, algumas com nomes diferentes, mas objetivos similares, como, por exemplo, a Rede de Educadores em Museus e Instituições Culturais (REMIC) de Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Distrito Federal; a Rede de Educadores em Museus e Patrimônio (REMP) de Mato Grosso; a Rede Informal de Museus e Centros Culturais de Belo Horizonte e Região Metropolitana (RIMC), dentre outras. Em geral, as redes conformam coletivos de profissionais que se encontram para promover diálogos e formações no campo.

A Rede Informal de Museus e Centros Culturais de Belo Horizonte e Região Metropolitana (RIMC), criada em 2008, é uma rede informal de cooperação teórica e prática que reúne diversas instituições culturais. Seu objetivo é gerar um ambiente de troca e reflexão acerca das estratégias e ações educativas desenvolvidas por seus membros por meio de encontros periódicos e eventos públicos de discussão na área. A RIMC tem uma trajetória ativa, participou do processo de construção da PNEM desde 2012, articulando fóruns regionais, participando do 1º Encontro da PNEM e do 6º Fórum Nacional de Museus em Belém-PA em 2014, e em 2017, do 2º Encontro da PNEM e do 7º Fórum Nacional de Museus em Porto Alegre. Durante esse processo de construção do PNEM, a rede se sentiu incentivada a iniciar o debate sobre a criação de uma REM que representasse o Estado de Minas Gerais.

Em 2014, foi instituída a Rede de Educadores em Museus do Brasil, REM-BR, no âmbito do 1º Encontro da PNEM, e vem funcionando como ferramenta para integração das REMs no processo de articulação da PNEM, incentivo para criação de novas REMs e no diálogo com o IBRAM. As REMs foram surgindo motivadas pelos educadores museais em discutir os desafios e as conquistas na área, em sua grande maioria são informais e de participação voluntária e têm em comum o compromisso com o fortalecimento de uma Educação Museal para todos. Cada REM tem sua metodologia de funcionamento, algumas se reúnem mensalmente, outras encontram-se presencialmente em eventos anuais ou semestrais. Segundo levantamento realizado pela equipe da PNEM, no início de 2017, existiam 13 redes em funcionamento distribuídas em 12 estados brasileiros.



O desejo de criação da REM-MG foi discutido pela RIMC, tendo em vista o elevado número de instituições museais no estado e a existência de outras pequenas redes. Como coletivo democrático, a RIMC vem enfrentando desafios para sua atuação política mais ampla. Seu caráter informal ainda é limitado ao vínculo institucional da grande maioria dos membros, que se preocupam em respeitar as posições políticas institucionais, algumas vezes contraditórias às demandas pedagógicas. Essa confusão pode ser um dos efeitos do capitalismo cognitivo/cultural³, que destitui os limites entre vida privada e profis-

Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG). Participantes do I Encontro de Educativos de Museus e Centros Culturais de Minas Gerais.

sional, ocupando o educador em ser um porta-voz do discurso institucional mesmo em ambientes informais. A educação em museus, amplamente reconhecida como campo da educação não-formal, não é uma profissão regulamentada e tem um caráter de atuação provisória, destinada a estudantes de diversas áreas. Isso ocasiona um grave problema, pois educadores de museus se identificam como tal apenas no período em que estão vinculados a uma instituição. Um mediador de história que trabalha em um museu, ao sair dessa função volta a ser professor de história ou historiador. A atuação é sempre rotativa e muitos desistem pela instabilidade e falta de oportunidades de trabalho e crescimento profissional da área. O caráter informal gera uma ânsia incessante de gestores de museus por formações e capacitações, que acabam reduzindo a atuação das Redes à sua função formadora.

A necessidade de um ambiente de participação autônoma, não estritamente conectado ao vínculo de trabalho de cada membro, poderia dar mais força política às intervenções e manifestações urgentes ao cenário das políticas institucionais em museus. As posições do educador no museu, sempre conflituosas e contraditórias, marcam a necessidade da atuação em rede em âmbito estadual, como exercício de conformar esse ajuntamento de forças que pode estrategicamente modificar realidades.

A recém-criada REM-MG já encontra desafios relacionados ao seu funcionamento, financiamento, mapeamento, articulação, modos de diálogo e tomadas de decisões. Além da dificuldade em garantir representatividade e participação de educadores (não apenas de líderes

³ Hardt e Negri (2001) explicam que o capitalismo avançou para todos os âmbitos da vida, controlando também o nosso tempo, nossos desejos e nossa subjetividade.

institucionais) em um estado como Minas Gerais, que possui 415 museus⁴, divididos em seus 17 territórios de desenvolvimento⁵, há ainda condições assimétricas de funcionamento. O mais importante, nesse sentido, seria assumir seu papel político intrínseco crítico, em favor das singularidades⁶ dos educadores e da cooperação. Nesse contexto, a rede deve funcionar como um dispositivo para conformar uma comunidade, “avessa a qualquer uniformidade, que está em variação contínua” (PELBART, 2003:30). Isso implica assumir sua heterogeneidade e, ao mesmo tempo, compreender-se a partir da coletividade que a compõe, assumindo com isso toda sua complexidade.

Paulo Freire (1978:2) nos inspira a pensar que educadores são “políticos e também artistas” e que não pode haver aí uma dicotomia. A educação não é neutra e deve intervir para a transformação do presente, e isso significa agir politicamente. Nós, como educadores de museus, também podemos crer que a educação em museus atua na transformação social, e que esse fazer cotidiano justifica a atuação social do museu, tornando os atores conscientes das implicações políticas da educação.

A rede deve atuar como um mediador, capaz de agir criticamente junto ao museu. A mediação crítica, segundo Montero (2012:17), “tem o museu como um nó a mais, deixando em suspenso essa articulação e trabalhando com suas contradições internas. Ela tenta deixar de lado as metáforas colonizadoras de fronteira, território ou divisão entre o social e o cultural”. Isso implica em cumprir seu papel de resistência às formas de controle e normatizações impostas pelas instituições museais. Essa coletividade contribui e fortalece o trabalho local realizado por todos e por cada educador: refazer constantemente o

⁴ Segundo dados informados pelo Sistema Estadual de Museus - SEMMG, em 20 de outubro de 2017.

⁵ Minas Gerais tem 10 macrorregiões e 17 territórios de desenvolvimento, criados pelo Governador Fernando Pimentel em 2015. Disponível em: <http://social.mg.gov.br/ajuda/story/2795-governador-fernando-pimentel-cria-17-territorios-de-desenvolvimento-e-lanca-foruns-regionais>

⁶ Segundo Negri (2005:2) a singularidade “é o homem que vive na relação com o outro, que se define na relação com o outro. Sem o outro ele não existe em si mesmo”.

chamado ao público, criar aberturas, nem sempre institucionalmente organizadas, para participação e experiência do museu.

Referências

FREIRE, Paulo. **Educadores são políticos e artistas: uma entrevista com Paulo Freire**. Tradução Katalina Leão. Periódico Permanente, v. 4, n. 6, p.1-8, São Paulo, 2016.

HARDT, M; NEGRI, A. **Império**. Record: Rio de Janeiro, 2001.

NEGRI, Antonio. **A constituição do comum. Conferência Inaugural do II Seminário Internacional Capitalismo Cognitivo – Economia e Conhecimento e a Constituição do Comum**. RITS. Rio de Janeiro, 2005.

MIRANDA, Danilo Santos de. Prefácio. WU, Chin-Tao. **A privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80**. Boitempo Editorial: São Paulo, 2006.

MONTERO, Javier R. **Experiências de mediação crítica e trabalho em rede nos museus: das políticas de acesso às políticas em rede**. Tradução por Lucas Oliveira. Periódico Permanente, v. 4, n. 6, p.1-20. São Paulo, 2016.

PELBART, Peter Pál. **Vida capital: ensaios de biopolítica**. Iluminuras: São Paulo, 2003.

PNEM, **Política Nacional de Educação Museal**. IBRAM, 2017. Disponível em <<https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2017/06/Documento-Final-PNEM1.pdf>> Acesso em 20 de outubro de 2017.

REM-MG, **Rede de Educadores de Minas Gerais**. Fanpage Facebook. Disponível em <<https://www.facebook.com/rem.minasgerais/>>. Acesso em 20 de outubro de 2017.

REM-RJ, **Rede de Educadores em Museus do Rio de Janeiro**. Fanpage Facebook. Disponível em https://www.facebook.com/pg/REM-RJ-125006930912175/about/?ref=page_internal> Acesso em 20 de outubro de 2017.

WU, Chin-Tao. **A privatização da cultura: a intervenção corporativa nas artes desde os anos 80**. Boitempo Editorial. São Paulo, 2006.

SOBRE OS COLABORADORES DESTA EDIÇÃO

Giordanna Santos

Pós-Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea (ECCO), da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), no projeto "Artes Visuais em Mato Grosso: acervo, difusão e crítica. Pesquisadora Associada da UFMT e Pesquisadora da Observatório da Diversidade Cultural. Doutora em Cultura e Sociedade, Universidade Federal da Bahia (UFBA).

Kátia Costa

Mestra em Cultura e Sociedade do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Especialista em Gestão Cultural pelo Itaú Cultura e Universidade de Girona, atualmente atua com assistente técnica do Projeto Planos Municipais de Cultura em Ambiente de Aprendizagem à Distância (MinC / UFBA) e como consultora na área de elaboração de planos municipais de cultura. É pesquisadora do Observatório da Diversidade Cultural. E-mail: katiacosta.cult@gmail.com

Plínio Rattes

Doutorando em Cultura e Sociedade do Programa Multidisciplinar de Pós-graduação em Cultura e Sociedade (IHAC/UFBA). Pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural. Gestor cultural do Sesc Bahia. E-mail: pliniorattes@gmail.com

Juan Ignacio Brizuela

Doutor pelo Programa de Pós-Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade IHAC/ UFBA, pesquisador do Observatório da Diversidade Cultural (ODC) e do espaço de formação Políticas Culturais em Rede. Email: juanbrizuela.gpc@gmail.com

Fernanda Mazieiro Junqueira

Mestre em educação e docência pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG e licenciada em artes plásticas pela UDESC. É coordenadora do setor educativo do Museu de arte da Pampulha e integrante da RIMC e REM-MG.

Dompea Auter Tavares

Mestranda do Programa de Pós-graduação em Artes da Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG e graduada em Artes Plásticas pela Escola Guignard. Atua como educadora em museus, integra a RIMC e REM-MG.

SOBRE O OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Observatório da Diversidade Cultural - ODC - está configurado em duas frentes complementares e dialógicas. A primeira diz respeito a sua atuação como organização não-governamental que desenvolve programas de ação colaborativa entre gestores culturais, artistas, arte-educadores, agentes culturais e pesquisadores, por meio do apoio dos Fundos Municipal de Cultura de BH e Estadual de Cultura de MG. A segunda é constituída por um grupo de pesquisa formado por uma rede de pesquisadores que desenvolve seus estudos em várias IES, a saber: PUC Minas, UEMG, UFBA, UFRB e USP, investigando a temática da diversidade cultural em diferentes linhas de pesquisa. O objetivo, tanto do grupo de pesquisa, quanto da ONG, é produzir informação e conhecimento, gerar experiências e experimentações, atuando sobre os desafios da proteção e promoção da diversidade cultural. O ODC busca, assim, incentivar e realizar pesquisas acadêmicas, construir competências pedagógicas, culturais e gerenciais; além de proporcionar experiências de mediação no campo da Diversidade Cultural - entendida como elemento estruturante de identidades coletivas abertas ao diálogo e respeito mútuos.

Desquisa

Desenvolvimento, orientação e participação em pesquisas e mapeamentos sobre a Diversidade Cultural e aspectos da gestão cultural.

Formação

Desenvolvimento do programa de trabalho "Pensar e Agir com a Cultura", que forma e atualiza gestores culturais com especial ênfase na Diversidade Cultural. Desde 2003 são realizados seminários, oficinas e curso de especialização com o objetivo de capacitar os agentes que atuam em circuitos formais e informais da cultura, educação, comunicação e arte-educação para o trabalho efetivo, criativo e transformador com a cultura em sua diversidade.

Informação

Produção e disponibilização de informações focadas em políticas, programas e projetos culturais, por meio de publicações e da atualização semanal do portal do ODC e da Rede da Diversidade Cultural - uma ação coletiva e colaborativa entre os participantes dos processos formativos nas áreas da Gestão e da Diversidade Cultural.

Consultoria

Prestação de consultoria para instituições públicas, empresas e organizações não-governamentais no que se refere às áreas da cultura, da diversidade e da gestão cultural.com a temática da diversidade cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes.

SOBRE O BOLETIM DO OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL

O Boletim do Observatório da Diversidade Cultural é uma publicação mensal em que pesquisadores envolvidos com a temática da diversidade cultural refletem sobre a complexidade do tema em suas variadas vertentes. Para colaborar com o Boletim, envie textos para: info@observatoriodadiversidade.org.br.

Expediente

Coordenação geral: José Márcio Barros

Conselho Editorial:

Giselle Dupin – MINC – <http://lattes.cnpq.br/2675191520238904>

Giselle Lucena – UFAC – <http://lattes.cnpq.br/8232063923324175>

Humberto Cunha – UNIFOR – <http://lattes.cnpq.br/8382182774417592>

Luis A. Albornoz – Universidad Carlos III de Madrid – http://portal.uc3m.es/portal/page/portal/grupos_investigacion/tecmerin/tecmerin_investigadores/Albornoz_Luis

Núbia Braga – UEMG – <http://lattes.cnpq.br/6021098997825091>

Paulo Miguez – UFBA – <http://lattes.cnpq.br/3768235310676630>

Comissão editorial: José Márcio Barros e Giuliana Kauark

Revisão editorial: José Márcio Barros e Giuliana Kauark

Revisão de texto: Camila Alvarenga, Amanda Barros e Carlo Ferrara

Diagramação: Carlos Vinícius Lacerda

Foto de Capa: Daniel Alvarez

Contato

info@observatoriodadiversidade.org.br
www.observatoriodadiversidadecultural.com.br